

COMBUSTÍVEIS

Congresso aprova regras para frear preços

No mesmo dia, Câmara e Senado dão aval a projeto que altera a forma de cobrança do ICMS sobre os produtos. Texto vai à sanção

• INGRID SOARES
• DEBORAH HANA CARDOSO
• RAPHAEL FELICE

Na tentativa de conter a escalada de preços dos combustíveis, a Câmara aprovou o substitutivo do Senado para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que altera a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — arrecadado pelos estados — sobre esses produtos, além de zerar, até o fim do ano, as alíquotas de PIS e Cofins, tributos federais, incidentes no diesel e gás de cozinha. Em votação ontem à noite, a proposta foi aprovada por 414 votos contra dois. Até o fechamento desta edição, faltava avaliar destaques. Horas antes, o PLP havia recebido a chancela, também, dos senadores, por 68 votos a um. Agora, o texto vai à sanção presidencial.

Embora nas duas Casas o placar favorável tenha sido com ampla margem, parlamentares da oposição, mesmo votando pela aprovação, afirmaram que o projeto não resolve a questão dos combustíveis, pois o problema estaria no Preço de Paridade de Importação (PPI), adotado pela Petrobras, que vincular o preço do petróleo ao mercado internacional e usar como referência o valor do barril tipo Brent, calculado em dólar. "Esse é um projeto que vai baixar centavos. O que vai resolver o preço é o PPI", frisou a deputada Sônia Bomfim (PSol-SP).

A Câmara ainda tem de analisar o PL 1.472/2021, que cria a conta de estabilização dos preços dos combustíveis. O texto foi aprovado, também ontem, pelo Senado. Recebeu 61 votos favoráveis e oito contrários. Os dois projetos avançaram no mesmo dia em que a Petrobras anunciou novo reajuste dos combustíveis: 18,7% para a gasolina e 24,9% para o diesel (leia mais nas páginas 6 e 7). Por isso, o governo pressionou o Parlamento pela aprovação das propostas.

O PLP 11/2020 teve a votação adiada no Senado por três vezes devido à falta de consenso. O texto final prevê a criação de ICMS único sobre os combustíveis para

Roque de Sá/Agência Senado



O relator do PLP, senador Jean Paul Prates: na Casa, o projeto recebeu 68 votos favoráveis e um contra. Na Câmara, placar foi de 414 x 2



Causou-me espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros, os verdadeiros donos da companhia. O aumento de hoje (ontem) foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

todos os estados e que o tributo seja cobrado na refinaria e não mais sobre o valor final dos produtos (leia quadro). As alterações provocam perda de arrecadação para os estados, o que tem provocado críticas de governadores.

No PL que cria a conta de estabilização dos preços dos combustíveis, os senadores aprovaram a inclusão de um auxílio de até R\$ 300 mensais para motoristas autônomos de baixa renda e R\$ 100 para motoristas de ciclomotor ou motos de até 125 cilindradas, com prioridade para os beneficiários do programa Auxílio Brasil. Porém, a previsão é de que a medida só entre em vigor em 2023, após o fim do ano eleitoral, para não desrespeitar a legislação.

Insensível

Os parlamentares foram pegos de surpresa com os reajustes

anunciados pela Petrobras. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou a estatal. "Causou-me espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros, os verdadeiros donos da companhia. O aumento de hoje (ontem) foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer", escreveu nas redes sociais.

O senador Marcelo Castro (PL), vice-líder do MDB na Casa, fez coro a críticas de deputados. Na avaliação dele, os projetos seguram a situação por um curto prazo, mas não resolvem o problema. "Nós estamos atacando a superfície, o acessório. O principal é o PPI. A Petrobras é uma empresa brasileira, ela compra e paga em real. Qual é a necessidade que nós temos de atrelar o preço do petróleo brasileiro?", questionou. "O Brasil está em crise, as firmas estão

falindo, nós estamos saindo de uma pandemia, pessoas perdem empregos, e a Petrobras está nadando em dinheiro. Qual empresa, numa crise que o país está passando, teve R\$ 100 bilhões de lucro no ano? O Brasil parece que é o país do banco e da Petrobras."

Para André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, a redução de PIS e Cofins terá efeito reduzido na alta dos combustíveis. "A renúncia fiscal, avaliada em R\$ 17,8 bilhões, pode trazer alívio momentâneo, mas, como a tendência é de alta dos combustíveis, uma vez que o petróleo segue sob pressão, deve ter efeito discreto. A questão central é a construção de uma estratégia mais perene, e não apagar incêndios toda vez que temos um choque. É necessário uma estratégia de longo prazo", defendeu.

Isaac Nibrega/PPR



Bolsonaro disse confiar em aprovação do pacote de combustíveis

Bolsonaro critica Petrobras

O presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou o reajuste dos combustíveis anunciado pela Petrobras e disse que a estatal poderia ter deixado a medida para semana que vem, ou seja, para depois da votação no Congresso do chamado pacote dos combustíveis. Os textos já foram aprovados no Senado e estão sob análise dos deputados.

Nas contas do presidente, citadas antes pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, os projetos em tramitação no Parlamento têm o potencial de reduzir em R\$ 0,60 o imposto por litro de diesel, sendo R\$ 0,33 da União e R\$ 0,27 dos estados. O reajuste anunciado pela Petrobras, por sua vez, aumentaria o litro do diesel em R\$ 0,90.

"Como o diesel sobe a partir de amanhã (hoje) R\$ 0,90 por litro, o que é um absurdo, se cobra mais R\$ 0,30. É bastante, mas diminui impact", disse o

presidente em transmissão ao vivo nas redes sociais.

Crítico da política de preços da Petrobras, que atrela os reajustes no país ao barril de petróleo no exterior, Bolsonaro também afirmou ter ciência de que muitos caminhoneiros podem realizar paralisações. "Sei disso e lamento", declarou. O petróleo está em franca escalada no mercado internacional em consequência da guerra na Ucrânia e das sanções econômicas adotadas contra a Rússia.

Após 57 dias de preços congelados, a Petrobras aumentou, ontem, o preço do diesel em 24,9% e o da gasolina, em 18,7%. O anúncio levou o governo a ampliar a pressão para aprovar o pacote dos combustíveis no Congresso. Os projetos alteram a cobrança do ICMS incidente sobre os combustíveis, criam um fundo de estabilização e um

vale-gasolina.

"Como seria bom se a Petrobras reajustasse na segunda ou terça-feira, né? Mas não posso interferir", disse o presidente na live, após lamentar, mais uma vez, ser impedido de interferir na empresa mesmo sendo acionista majoritário.

De acordo com Bolsonaro, se o anúncio da Petrobras fosse na semana que vem, "tudo estaria resolvido". "Se a Câmara aprovar hoje (ontem), não importa a hora, assino a sanção", garantiu. "O projeto dá uma disciplina nisso tudo", acrescentou, sobre as mudanças no ICMS.

A defesa do projeto pelo chefe do Executivo vem depois de meses de críticas reiteradas à cobrança percentual do ICMS pelos governadores e a inação do Supremo Tribunal Federal (STF) em julgar uma ação aberta pelo governo que obrigaria o Congresso a votar as

mudanças no imposto.

Bolsonaro também alertou que, sem aumento de preços dos combustíveis, poderia haver desabastecimento no país. "É pior. Alguns querem que eu vá à Petrobras e dê murro na

mesa, não é assim", declarou, sinalizando que sofre pressão por intervenção na estatal.

O presidente ainda disse que o Brasil "não precisaria estar sofrendo" porque é autossuficiente em petróleo.

O que definem os projetos

PLP 11/2020 — ICMS

O projeto força os estados a cobrarem o ICMS sobre o litro de combustível, e não mais sobre o preço final do produto. Além disso, institui um modelo de cobrança monofásica, em apenas uma fase de comercialização, e de alíquota única entre os estados.

Como regra de transição, a proposta congela a cobrança de ICMS sobre o diesel, até o fim deste ano, conforme a média de preços dos últimos cinco anos. É uma forma de amenizar o impacto ao consumidor final, principalmente os caminhoneiros.

No mesmo projeto, é prevista a isenção de PIS e Cofins, impostos federais, sobre o diesel e o gás de cozinha até o fim deste ano. A medida vai provocar uma queda de arrecadação de R\$ 18 bilhões e não precisará de compensação fiscal, de acordo com o texto, dispensando uma regra da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

PL 1.472/2021 — conta de estabilização

O projeto cria uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis no país, autorizando o governo federal a aportar recursos para minimizar o impacto de altas sucessivas na bomba. Os recursos para abastecer a conta incluem os dividendos da Petrobras pagos à União, especificamente a parcela arrecadada acima do previsto no Orçamento, e as receitas do pré-sal, além de outras fontes relacionadas ao petróleo.

No mesmo projeto, foi aprovada a criação de um auxílio-gasolina a motoristas de baixa renda. O custo é de R\$ 3 bilhões e beneficiaria motoristas autônomos, taxistas e motociclistas de aplicativo com renda familiar mensal de até três salários mínimos. O benefício, porém, esbarra na lei eleitoral, que proíbe a criação de novos subsídios em ano de eleições.

Foi acrescentado um dispositivo que força a Petrobras a usar os lucros arrecadados em 2022 na amenização dos preços administrados pela própria estatal. O texto, contudo, não faz referência a anos futuros.

Também teve aprovação na proposta a ampliação do vale-gás pago a famílias carentes, estendendo o benefício a 11 milhões de famílias, o dobro do público atendido atualmente. O impacto é de R\$ 1,9 bilhão, também submetido ao teto de gastos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2